

Valores já não assustam tanto

E podem ser reduzidos para menos de 5% do PIB, pagos em 30 anos, dependendo do acerto

HELIVAL RIOS

Já é consenso em toda a área internacional: a dívida externa deixou de ser um grave problema para o Brasil. Dirigentes do Clube de Paris, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), além de banqueiros privados estrangeiros, concordam neste ponto.

Os números que confirmam este consenso foram divulgados ontem em Brasília pelo negociador brasileiro, Pedro Malan. A inquietante dívida externa, que no final dos anos 80 foi alardeada como sendo de US\$ 120 bilhões era, na verdade, inflada contabilmente. Hoje, somando-se a dívida com os bancos privados e incluindo-se aí os US\$ 7 bilhões devidos aos bancos brasileiros no exterior e ainda os juros não pagos dos últimos dois anos, chega-se a um débito total de US\$ 53 bilhões.

Ou seja, US\$ 36 bilhões constituem o principal do débito com os bancos estrangeiros, e que nas atuais negociações serão convertidos nos instrumentos que demandam garantias no elenco previsto no acordo; US\$ 7 bilhões referem-se ao débito do Brasil com os próprios bancos brasileiros (e que serão renegociados sem garantias); US\$ 6 bilhões são os

juros devidos, e US\$ 4 bilhões se referem a dinheiro novo (a ser utilizado como garantia em todo o programa).

O Brasil, assim, tem de se preocupar, de fato, com os US\$ 36 bilhões. Mas a negociação, segundo algumas estimativas, poderá implicar na redução do principal da dívida externa com os bancos privados em alguma coisa em torno de 35%. Ou seja, na troca de dívida antiga por bônus novos, o Brasil conseguirá impor um deságio de aproximadamente 35% no seu estoque de dívida.

~~Trata-se de um cálculo razoável,~~ para Pedro Malan — não na ponta do lápis, ainda, porque o rasteio final entre opções constantes do cardápio do acordo (bônus ao par, bônus com desconto, bônus com redução temporária dos juros, com capitalização, **new-money** e opção de reestruturação) não está plenamente definido entre os credores, mas um cálculo a grosso modo.

A estarem corretas estas previsões, após fechados, em definitivo, os contratos com os bancos, a dívida externa brasileira (principal) com os bancos privados estrangeiros cairia para US\$ 23,4 bilhões — um valor, portanto, inferior ao atual nível das reservas internacionais do País, extraoficialmente estimadas em US\$ 25 bilhões, e equivalente a 5% do PIB (Produto Interno Bruto), re-

calculado em US\$ 450 bilhões.

O Brasil teria de pagar, assim, o equivalente a 5% do seu PIB (ou 94% do valor das suas reservas internacionais) em 30 anos — que é o prazo previsto pelo acordo com os bancos.

Os juros, conforme previsto no cardápio do acordo, flutuam entre 4% até a **libor** (atualmente em torno de 8.5%). No caso de o Brasil conseguir retomar suas taxas históricas de crescimento econômico, ao redor de 5%, em uma década, abatendo-se também o que já teria sido pago (cerca de um terço do débito), a dívida externa brasileira teria sido reduzida então para 2% do PIB, passando a um nível de total insignificância na década seguinte.

Mesmo hoje, não se pode mais considerar a dívida externa brasileira como um problema drástico nem com o "nó górdio", conforme foi comparada. No "cenário" real de hoje, a dívida é um problema perfeitamente administrável. O dinossauro da dívida externa, na realidade, transformouse num calango. Os monstros de hoje, contudo, não são menos assustadores que a dívida externa no passado. E encontra-se aí, a puxar para cima o termômetro da inflação, o déficit público operacional, a ciranda financeira, a sonegação fiscal e a desordem do sistema político-partidário, só para citar alguns exemplos.